

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, CONSUMO E CIDADANIA



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Portilho, Fátima

Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania / Fátima
Portilho. – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2010.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-1154-5

1. Cidadania 2. Consumo (Economia) 3. Desenvolvimento
sustentável 4. Economia ambiental 5. Educação ambiental
6. Meio ambiente 7. Política ambiental I. Título.

05-5346

CDD-304.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Consumo e cidadania : Sociologia 304.2

Fátima Portilho

**SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL,
CONSUMO E CIDADANIA**

2ª edição

4ª reimpressão

Fátima Portilho

Capa: aeroestúdio

Preparação de originais: Jaci Dantas

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 2005 by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Alguns consumidores querem ser cidadãos.

(Canclini, 1996: 68)

Sumário

Prefácio	9
<i>Selene Herculano</i>	
Apresentação e agradecimentos	15
Siglas utilizadas	19
1. INTRODUÇÃO	21
2. A EMERGÊNCIA INTERNACIONAL DO DISCURSO POLÍTICO SOBRE CONSUMO E MEIO AMBIENTE	39
2.1. Deslocamentos discursivos	40
2.1.1. Da explosão populacional ao impacto da produção	40
2.1.2. Do impacto da produção ao impacto do consumo	49
2.2. Como se justifica o deslocamento da produção para o consumo?	56
3. A SOCIEDADE DE CONSUMO	67
3.1. Elementos para a compreensão da Sociedade de Consumo	69
3.2. A emergência da propensão ao consumo	82
3.3. Teorias e perspectivas sobre a sociedade de consumo	90
4. A PREOCUPAÇÃO COM O CONSUMO NO MOVIMENTO AMBIENTALISTA PÓS-RIO92	107
4.1. Promessas e armadilhas das propostas de consumo verde	110

4.2. Limites e possibilidades das estratégias de consumo sustentável	133
4.2.1. Dilemas e desafios conceituais	136
4.2.2. Dilemas e desafios políticos	141
5. CONSEQÜÊNCIAS POLÍTICAS DO DESLOCAMENTO DA QUESTÃO AMBIENTAL PARA O CAMPO DO CONSUMO	163
5.1. O consumidor como “novo ator social”	163
5.1.1. Consumidores como “atores singulares portadores da história”	165
5.1.2. Ação individual e ação coletiva	169
5.2. A relação entre a esfera “privada” do consumidor e a esfera “pública” do cidadão	176
5.2.1. Despolitização: de cidadão a consumidor	180
5.2.2. Politização: de consumidor a cidadão	185
5.2.3. Novas formas de cidadania	189
5.2.4. A politização do consumo	197
5.3. Limites e possibilidades de ambientalização e politização do consumo	206
6. CONCLUSÕES	219
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
ÍNDICE REMISSIVO	245

Prefácio

*Selene Herculano**

Ao buscarmos a nossa sobrevivência, já dizia o velho Marx, entramos em relações necessárias com a natureza e uns com os outros. Transformamos a natureza, usando-a como matéria-prima de nossas manufaturas e indústrias, controlando-a via cultivo agrícola e criação de animais. Alteramos cursos de rios, deslocamos montanhas: irrigar, escavar, fundir, armazenar, tecer, eis as atividades humanas transformadoras. A partir dos avanços tecnológicos da segunda metade do século XX, aviltamos a natureza com resíduos sintéticos e nucleares, que não mais são por ela metabolizados: envenenar terra, ar e água é o novo verbo que se incorpora ao vocabulário da produção humana. Com os recentes avanços da biotecnologia, nossa interferência na natureza não se limita a transformá-la ou degradá-la, mas a um processo de seleção, recombinação e recriação que tem sido chamado de segunda evolução ou evolução pós-biológica.

Mas sobreviver não é apenas transformar a natureza via produção. Sobreviver é ao mesmo tempo construir a sociedade: as regras de convívio, de cooperação, de distribuição e de acúmulo da riqueza produzida; significa construir as formas de gestão da produção, da circulação, da distribuição e do acúmulo dos bens. Estruturas de cooperação, de poder, de autoridade e de convivialidade emanam do ato solidário da produção. Quem trabalha diretamente, quem gerencia? Quem fica dono do produto do tra-

* Docente da Universidade Federal Fluminense.

balho? Todos? Uns poucos? Quem decide sobre o que, para que, por quem e como produzir? Sob quais regras se dá a circulação das riquezas produzidas? Se o ato da produção é necessariamente coletivo e solidário, indiscutível e necessariamente cooperativo, sua gestão e distribuição não o são da mesma forma. Daí resultam as guerras e lutas civis pelos recursos e pelas riquezas produzidas. Da mesma discrepância entre a produção cooperada e a distribuição não-cooperada, resulta também a guerra ideológica que maneja valores, desejos, percepções, ícones, criando necessidades e mercados, justificando o injustificável, construindo sua própria lógica. Pois as sociedades humanas não apenas produzem e consomem, elas criam um conjunto de idéias, de valores e de significados sobre sua produção e seu consumo. Hierarquias sociais se arranjam tendo por base não apenas a posse de riquezas, mas o seu uso distintivo e os significados destes usos.

Um ponto complementar da análise sobre produção e consumo é a dimensão do futuro. Excetuadas as tribos ditas primitivas, todas as sociedades humanas históricas têm um excedente, uma diferença entre aquilo que é produzido e aquilo que é consumido. Esta diferença é o excedente, onde está embutida a dimensão de futuro de cada cultura. Uma parte deste excedente é reinvestida na produção, outra parte no aparato de Estado, tanto para a produção de bens *bons, necessários*, tais como os equipamentos coletivos (escolas, hospitais, saneamento etc.), bem como para a produção de bens *nocivos, ruins*, tais como os equipamentos bélicos; uma última parte é gasta no dito consumo conspícuo, de luxo, a bem dizer “desnecessário”. Segundo o marxismo, o capitalismo enfrentaria suas crises através da destruição proposital da produção e dos gastos de Estado, quando não o pudesse fazer pela ampliação de mercados e pela produção de novas carências. Schumpeter nos falou da destruição criadora do capitalismo.

Os valores e a percepção de futuro de uma sociedade podem ser analisados pela forma como esta escolhe utilizar seu excedente: por que gastar com armas e bombas e não com a alimentação, a saúde e a educação das crianças? Por que investir na fabricação de substitutos para o que já se tem e não em música e dança? Por que forçar a obsolescência? Como são feitas tais escolhas?

Há no consumo supérfluo espaço para muitas discussões: o que é e como definir o consumo supérfluo, conspícuo, perfunctório, desnecessário, do consumo para a sobrevivência, o consumo do necessário? Não estarão as artes em geral, os museus, os palácios, as pirâmides faraônicas, o avião Concorde, o fausto do Vaticano, a abadia de Westminster etc. entre os

itens de consumo conspícuo? As cortes aristocráticas européias viam-se como beneméritas, criando necessidades que sustentavam costureiras, joalheiros, tapeceiros, pintores, peruqueiros, compositores etc. Complementando os exemplos sobre a dificuldade em determinar a diferença entre o necessário e o desnecessário, hoje temos como ferramentas imprescindíveis equipamentos que há 20 anos atrás inexistiam (computadores pessoais, celulares, DVDs, tomografias etc.).

O debate sobre o necessário e o supérfluo tinha por trás a questão da busca da igualdade, ou o seu oposto, a aceitação da desigualdade: na primeira concepção o supérfluo só deveria ser admitido após o acesso universal ao necessário; na segunda, a da primazia do belo, o necessário deveria ceder diante da beleza e do transcendente. Quantos escravos e servos morreram na construção das mais belas catedrais? Hoje as reflexões sobre o necessário e o supérfluo desembocam na questão dos limites: há limites da natureza para a produção e para o descarte humanos? Se os há, como estabelecer limites? E então a temática da igualdade passa a se colocar agora de nova forma: serão limites para todos? Ou admitir-se-á que parte da população possa continuar a consumir o perfunctório, até mesmo porque existem necessidades básicas entre aqueles que produzem o conspícuo? Como aceitar ter minha lavoura e minha cidadezinha submersas para prover de energia elétrica os anúncios de néon das megalópoles?

Religiões, ciências, governos, filósofos têm, ao longo dos séculos, se debruçado sobre a utopia da boa sociedade, seus atributos e como alcançá-la: por revolução abrupta, pelo passar das gerações, pelo contágio de idéias, pelos reis filósofos... Pela temperança, buscando apenas o suficiente, nos moldes monacais, ou pela abastança e poderes de uma sociedade rica? Neste sentido, os agentes de mudanças induzidas, provocadas, têm sido vistos como vanguardas de luta, uns poucos visionários de elite, lideranças carismáticas. O próprio marxismo, quando aplicado por Lênin para a tentativa de construção do socialismo soviético, buscou a via das minorias dispostas, esclarecidas, corajosas, organizadas, que disputariam e ganhariam o controle da produção e do aparato de Estado. Desta vitória adviria um consumo igualitário, universal, sóbrio e frugal. Dito de outra forma, a questão central era a riqueza e a disputa por ela; a questão do consumo aparecia, em termos históricos, agregada a reflexões que diziam respeito à virtude das pessoas, dos governantes e do sistema social.

Atualmente, neste início do século XXI, a temática do consumo ganha centralidade e já não tanto pela ótica moral, mas por uma questão empírica:

precisamos de limites. Mas, qual é o limite? Quem os aponta e os discute? Como estabelecê-los?

Quando o foco das reflexões sobre a nossa sociedade está predominantemente apontado para a produção, os agentes transformadores são percebidos como aqueles que pertencem à esfera da produção e a organizam, seja subordinadamente (o operariado fabril visto pelo marxismo) seja hegemonicamente (o empresário empreendedor de Pareto). O que houve recentemente que fez a esfera do consumo se destacar? Algumas respostas têm mostrado a perda de centralidade do trabalho, o surgimento de novos movimentos sociais (centrados no cotidiano, na cultura, no mundo vivido, no plano local, nos valores éticos, na nova subjetividade), o ocultamento do sujeito que orienta as ações no capitalismo financeiro concentrado de hoje. Por outro lado, há exemplos de movimentos políticos que se organizam em torno de campanhas por boicotes, alguns muito bem-sucedidos, como o movimento negro contra o *apartheid* na África do Sul e contra o racismo nos Estados Unidos nos anos 60 do século XX. Não se trata aqui de um movimento pendular da produção para o consumo, mas de unir taticamente aquilo que não está de verdade separado, a produção e o consumo.

Nossa autora, Fátima Portilho, sem cair na armadilha de pretender definir limites ao consumo, nos mostra como a discussão sobre os limites impostos pela natureza e a busca da racionalização do consumo — consumo verde/consumo sustentável — vem se destacando como um novo objeto de estudo das Ciências Sociais. Para tanto, faz uma resenha bem completa sobre as reflexões a respeito do consumo no campo da teoria social e da crítica social. Apresenta, e com isso torna acessíveis ao leitor, autores desconhecidos no Brasil. Desta forma, resgata o leitor de um certo provincianismo no debate ambientalista.

Quem propõe a racionalização do consumo pela ótica ambientalista? Que agentes sociais se dedicam a esta discussão? Qual a diferença de fundo entre a proposta do consumo verde e a do consumo sustentável? Quais as implicações políticas de tal diferença? O consumo sustentável é uma alternativa de luta social? Que estratégia de ação os consumidores podem eleger contra os efeitos das novas tecnologias? Estas e outras questões são enfrentadas pela autora, que aceita corajosamente correr o risco de mergulhar em tema complexo, ambíguo e polêmico.

Um segundo objetivo deste livro é examinar os indícios e o potencial político de uma sinergia entre movimentos de consumidores e movimentos ambientalistas. Poderão os consumidores, cujas iniciativas de luta têm

sido, predominantemente, reações individuais, vir a articular-se em respeito aos limites da natureza? Dito de outra forma, poderão organizar-se para lutar em defesa de interesses coletivos ou limitar-se-ão a estratégias de resistência e defesa de direitos individuais? Até que ponto os chamados direitos e interesses difusos (de todos e portanto de ninguém, em separado) podem inspirar manifestações políticas coletivas? Como articular lutas no sentido de boicotar, por exemplo, a compra de gasolina produzida por uma empresa que provoca vazamentos de óleo, ou de alimentos transgênicos? Ou ainda, deixar de comprar pilhas e baterias cujos produtores não se responsabilizam por seu destino pós-consumo? Quais são os desafios e os impasses de tal politização e ambientalização dos consumidores? Até onde vai a aludida “soberania do consumidor” diante da máquina da propaganda e da capacidade do Estado e das empresas de neutralizarem, incorporando-as como fachadas, as bandeiras dos movimentos sociais? Henry Thoreau escreveu que para mudar o mundo é preciso sobretudo coerência entre o pensar e o agir. Ele escrevia no século XIX, quando cada aldeia era um mundo. Como conseguir tal coerência no mundo complexo e integrado de nossos dias? Até que ponto uma sociedade de massa, de bilhões, urbana, globalizada (e portanto dependente da produção massiva), capitalista, pode ser alternativa em seu consumo e estilo de vida? Será preciso informação, educação para novos valores de vida, percepção de risco, organização, percepção de ganho. Como alcançá-los? Até que ponto, consumidores que dependem de informação e de comunicação concentradas em grandes empresas poderão efetivamente organizar-se? Pode o consumo ser emancipatório ou será ele uma força subordinada e, quando muito, tópica? O consumo massivo é um fenômeno relativamente recente e, portanto, pode trazer elementos novos de transformação.

O convite que Fátima Portilho nos faz de examinar as relações entre a temática ambiental e a do consumo, em sua potencialidade de politização da vida privada, nos aponta para um aspecto muito interessante: a dita sociedade de consumo pauta-se pelo momentâneo, pelo fugaz, pelo imediato, pelo fruir de mercadorias e serviços, pela ausência de sentido final, de teleologia. Em tal sociedade, também poluída pela produção de riquezas para aplacar tal fruição, novas riquezas surgem para um consumo distintivo, gerador de *status*: o ar puro, o silêncio, o sossego, a paz, a água limpa, são novos bens a serem usufruídos em determinados espaços escassos. Todavia, o mundo não é uma ilha e tudo se interliga. Não haverá água limpa, ar puro, sossego, paz para uns poucos eleitos se não houver para

todos. Para perceber tal evidência, é imperioso sair-se do aqui e agora e ter uma dimensão de futuro. A sociedade de consumo não a tem, seus ricos não a têm, obnubilados pelo imediatismo de seus ganhos, seus pobres também não, presos pela lógica da sobrevivência imediata. Mas a dimensão de futuro, o movimento ambientalista a tem no seu cerne. Poderá ele conseguir provocar uma negação dialética nos consumidores de modo a superar o imediatismo atual? Leiamos o livro tão oportuno e tão necessário que Fátima Portilho nos oferece, fruto de sua tese de doutorado na Universidade Estadual de Campinas e das pesquisas que desenvolveu na Universidade de Oxford.

Apresentação e agradecimentos

Esta obra nasceu da constatação de uma mudança no campo de disputas e debates sobre meio ambiente. Surgiu e tomou corpo, recentemente, um novo discurso e uma nova preocupação dentro do pensamento ambientalista hegemônico internacional. Este novo discurso aponta para uma nova forma de definir a principal causa dos problemas ambientais: os hábitos de consumo e estilo de vida.

A crítica aos hábitos de consumo moderno, obviamente, não é privilégio dos ambientalistas. Ao contrário, como aponta Jean Baudrillard, a crítica ao consumo nasceu junto com a própria Sociedade de Consumo. Assim, tanto o consumo quanto as críticas a ele fazem parte da mesma sociedade moderna. Sugerir que nós habitamos e somos vítimas da “Sociedade de Consumo” tem se tornado um clichê. O debate entre vida de luxo e vida espartana, que produziu vários discursos contra a opulência, o desperdício, o hedonismo, a *hibris* e a desmedida, foi sempre renovado por diferentes argumentos, tanto morais quanto religiosos, éticos, políticos e econômicos. O novo discurso ambientalista mostra que o consumo das sociedades ocidentais modernas, além de socialmente injusto e moralmente indefensável, é ambientalmente insustentável. Assim, se o consumo ostensivo e perdulário já era questionado por produzir uma desigualdade de classe, ou intrageracional, o discurso ambientalista mostra que existe também uma desigualdade intergeracional, já que este estilo de vida ostentatório e desigual pode dificultar a garantia de serviços ambientais equivalentes para as futuras gerações.

Tornou-se quase um lugar-comum o argumento de que 20% da população mundial, que habita principalmente os países afluentes do hemisfé-

rio norte, consome 80% dos recursos naturais e energia do planeta e produz mais de 80% da poluição e da degradação dos ecossistemas, enquanto que os 80%, que habitam principalmente os países pobres do hemisfério sul, ficam com apenas 20% dos recursos naturais. Além disso, ganhou força a argumentação de que se os habitantes dos países do Sul adotassem padrões de consumo e estilo de vida semelhantes a um norte-americano médio, seriam necessários, pelo menos, mais dois planetas Terra.

A preocupação com o consumo dentro do pensamento ambientalista já existe, pelo menos, desde o movimento contracultural da década de 60. Nesta obra, no entanto, optei por focar o que chamo de pensamento ambientalista hegemônico, ou *mainstream*, ou seja, aquele produzido pelos meios institucionalizados e legitimados socialmente, compostos pelos setores estatais dos países centrais, pelas instituições intergovernamentais, pelos setores empresariais e pelas grandes ONGs que circulam nesse meio.

Uma das primeiras perguntas que orientou este estudo foi, portanto, quando, por que e como surgiu esse novo discurso que redefine a crise ambiental como um problema originado na esfera do consumo. Parece-me que o debate sobre a relação entre consumo e meio ambiente vem ganhando centralidade e importância progressiva, tornando-se uma das principais vertentes na busca da sustentabilidade e influenciando as políticas ambientais, que têm se voltado, cada vez mais, para as chamadas “políticas de consumo”. No entanto, trata-se de um tema pouco estudado no Brasil e no mundo, embora já venha sendo abordado por alguns pesquisadores europeus e norte-americanos. Esta obra, portanto, tem, entre outras, a função de mapear o campo e reunir elementos teóricos para aprofundar o debate e subsidiar ações dos movimentos sociais, governos e empresas. Não tive nenhuma pretensão de esgotar o tema nem de dar conta de todos os seus aspectos, mas, modestamente, contribuir para ampliar a discussão sobre a relação entre meio ambiente, consumo e cidadania.

Vale ressaltar que esta obra não se restringe à análise da experiência brasileira, mas privilegia um enfoque do tema no contexto do pensamento ambientalista internacional, trazendo autores pouco conhecidos tanto do mundo acadêmico brasileiro quanto do mundo das organizações sociais e políticas que atuam na área de meio ambiente.

É preciso deixar bem claro, desde já, que fiz uma opção política e ideológica de ultrapassar as abordagens que vêem o campo do consumo como uma atividade totalmente manipulada pelas forças de produção, através da propaganda. Eu diria até, embora essa seja uma afirmação delicada, que

seria “mais fácil” fazer uma tese *criticando* a Sociedade de Consumo, ou seja, repetindo que o consumidor é alienado e manipulado, que não escolhe, mas é escolhido pelas forças produtivas etc. Não pretendo, com isso, desmerecer o trabalho de quem opta por essa perspectiva, mas definitivamente esta não é a prevalecente aqui. Ao contrário, minha opção foi enfatizar autores que analisam o campo do consumo como uma possibilidade de luta política e simbólica, particularmente Pierre Bourdieu, Mike Featherstone, Mary Douglas, Michel de Certeau e Nestor Garcia Canclini.

Na produção deste trabalho beneficiei-me imensamente do imprescindível apoio institucional e financeiro de três instituições de excelente qualidade e valor inestimável para a formação de quadros acadêmicos brasileiros. Sendo assim, agradeço à CAPES — pelos três anos de apoio financeiro —, ao CNPq — pela bolsa de *Doutorado Sandwich* — e ao IFCH/Unicamp — pela excelência acadêmica e apoio institucional de altíssimo nível oferecido aos seus doutorandos.

Beneficiei-me, ainda, do debate acadêmico com uma série de pessoas e do companheirismo e estímulo de tantas outras, a quem presto sinceros agradecimentos. Em primeiro lugar, à Prof^a Dr^a Arlete Moysés Rodrigues, pela inestimável dedicação, orientação e apoio. Aos Profs. Drs. Laymert Garcia dos Santos, Lúcia da Costa Ferreira, José Augusto Pádua e Selene Herculano, pela avaliação crítica e contribuições à primeira versão desta obra. Aos Profs. Drs. Leila da Costa Ferreira, Daniel Hogan e Tom Dwyer, e, ainda, aos funcionários do IFCH/Unicamp e da Biblioteca do mesmo instituto. Agradeço à equipe do OCEES (*Oxford Centre for the Environment, Ethics and Society*/Mansfield College/Universidade de Oxford/Inglaterra), em especial ao Dr. Laurie Michaelis, Dr. Neil Summertown, Dr. Joseph Murphy e Dr. Jouni Paavola, além da Srta. Caroline Bastable. Agradeço à equipe do IDEC, em especial, Marilena Lazzarini e Lisa Gunn. Aos amigos Gustavo Lima, Martha Ramirez, Osvaldo Lopez Ruiz, Valquíria Padilha, Philippe Layrargues, Paulo Henrique Barbosa Dias, Luiz Henrique Sombra e Mariano Gazineu David, pelas conversas prazerosas que enriqueceram esta obra. À Mônica Auler e Ana Lúcia Portilho, pelo apoio técnico. Aos familiares e amigos, em especial, ao Guto, por seu companheirismo e amor incondicionais.

A todos vocês agradeço e dedico esta obra. As falhas e deficiências permanecem sob a responsabilidade da autora.

Siglas utilizadas

- CDS — Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (ONU)
- CI — *Consumers International*
- EU — *European Union*
- FMI — Fundo Monetário Internacional
- IDEC — Instituto de Defesa dos Consumidores
- ISO — *International Standard Organization*
- OCSC — *Oxford Commission on Sustainable Consumption*
- ODCs — Organizações de Defesa de Consumidores
- OECD — *Organization for Economic Co-operation and Development*
- OMC — Organização Mundial do Comércio
- ONG — Organização Não-Governamental
- ONU — Organização das Nações Unidas
- PNUMA — Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- UE — União Européia
- WBCSD — *World Business Council for Sustainable Development*

1

Introdução

“Consumoterapia”. Este é o título de uma seção em uma típica revista “feminina” brasileira. A seção analisa — e mede — de que forma consumir pode ajudar a acabar com o *stress* diário. Outra reportagem, intitulada “À caça de novidades”, analisa como as crianças, desde os dois anos, descobrem o “sabor” do consumo.¹ Mas o mundo da abundância, assim como o da escassez, acabou se tornando uma ameaça, pois, como veremos, também produz carências.

Acostumados a denunciar e analisar os problemas relativos à carência material que cresce no mundo contemporâneo, nos esquecemos facilmente de que o mundo daqueles que estão incluídos no sistema da abundância também produz faltas e carências, tanto simbólicas quanto libidinais, já que estas são partes constitutivas do sistema consumista das sociedades capitalistas. Neste sentido, seria interessante vincular excesso e falta, unindo o destino de ricos e pobres, incluídos e excluídos, em torno do direito de libertar-se das carências.²

A Sociedade de Consumo não tem sido eficiente em prover, mesmo para os incluídos, uma vida boa e digna.³ A felicidade e a qualidade de

1. A primeira referência é da Revista *Nova* e a segunda da Revista *Época* (5/6/00, pp. 85-88).

2. Santos (2003). Todas as datas entre parênteses referem-se à edição consultada e não necessariamente ao ano de publicação das obras.

3. Elster (1992) diferencia uma concepção de vida boa como auto-realização ativa (como definida pela concepção marxista) de uma concepção de vida boa como consumo passivo. Bauman

vida têm sido cada vez mais associadas, reduzidas e dependentes da quantidade de consumo, provocando um ciclo de supertrabalho para manter um superconsumo ostentatório, que reduz o tempo dedicado ao lazer e às demais atividades e relações sociais.⁴ Por outro lado, o lazer, o tempo-livre e a própria felicidade se tornam compulsórios e mediados por trocas monetárias que alimentam este ciclo. Paralelamente, exclui-se da Sociedade de Consumo a felicidade enquanto fruição total e interior, que não precisa de signos e provas de sua existência para manifestar-se. Assim, o mito da felicidade tornou-se mensurável (através do bem-estar, dos objetos, do conforto e dos signos) enquanto a felicidade se distancia da “festa coletiva”, fundando-se nos princípios individualistas garantidos pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que reconhece, para cada indivíduo, o direito à “felicidade”.⁵ Paralelamente, o cidadão é reduzido à esfera do consumo, sendo cobrado por uma espécie de “obrigação moral e cívica de consumir”.

As críticas ao consumismo não são privilégio ou monopólio da década de 60 do século XX. Ao contrário, existe uma história do debate entre vida de luxo e vida espartana.⁶ Polêmica de mais de dois mil anos, o discurso contra o luxo, a opulência, o desperdício, o hedonismo e a desmedida tem sido sempre renovado por diferentes argumentos, tanto morais quanto religiosos, éticos, políticos e econômicos. Da mesma forma, a chamada Sociedade de Consumo, que começou a se instalar no mundo ocidental a partir do industrialismo, também vem sendo analisada e criticada há muito tempo por diferentes autores que têm se dedicado à compreensão de seus significados e conseqüências para as sociedades ocidentais modernas.

A partir do chamado Novo Ambientalismo⁷ surgem novos argumentos contra os hábitos ostensivos, perdulários, hedonistas e consumistas,

(2000) mostra que vivemos em uma época de privatização da utopia e dos modelos do bem e da “vida boa”, antagônicos ao modelo de “sociedade boa”. A esse respeito, veja também Elgin (1993), Andrews (1997), Demos (1998) e Schor (1998).

4. Cf. Schor (1998).

5. Cf. Baudrillard (1995).

6. A esse respeito, ver Galbraith (1977), Hirschman (1983), Unger (1991), Baudrillard (1995), Enzensberger (1997), Frank (1999), Campbell (2002) e Stearns (2001), entre outros.

7. McCormick (1992) utiliza a expressão “Novo Ambientalismo” para denominar o movimento de massas que surge nos EUA, na década de 70 do século XX. Ao contrário do ambientalismo do

deixando evidente que o padrão de consumo das sociedades ocidentais modernas, além de socialmente injustos e moralmente indefensáveis, como criticado há tempos, são ambientalmente insustentáveis. A exclusão se tornou mais clara e a possibilidade de ultrapassá-la mais distante, uma vez que a crise ambiental evidenciou que o sistema não pode incorporar a todos no universo de consumo em função da finitude dos sistemas naturais.⁸ Por um lado, o ambiente natural está sofrendo uma exploração excessiva que ameaça a estabilidade dos seus sistemas de sustentação (exaustão de recursos naturais renováveis e não-renováveis, desfiguração do solo, perda de florestas, poluição da água e do ar, perda de biodiversidade, mudanças climáticas etc.). Por outro lado, o resultado dessa exploração excessiva não é repartido equitativamente e apenas uma minoria da população planetária se beneficia desta riqueza. Assim, se o consumo ostensivo já indicava uma iniquidade de classe, ou intrageracional, entre fortunados e afortunados, incluídos e excluídos, o discurso ambientalista tem mostrado, principalmente a partir da década de 90, que passa a indicar também uma iniquidade intergeracional, já que este estilo de vida ostentatório e desigual pode dificultar a garantia de serviços ambientais essenciais para as futuras gerações.

O consumo total da economia humana tem excedido a capacidade de reprodução natural e assimilação de rejeitos da ecosfera, enquanto fazemos uso das riquezas produzidas de uma forma socialmente desigual e injusta. Essas duas dimensões, exploração excessiva dos recursos naturais e iniquidade inter e intrageracional na distribuição dos benefícios oriundos dessa exploração, conduziram à reflexão sobre a insustentabilidade ambiental e social dos atuais padrões de consumo e seus pressupostos ético-normativos. A noção de Justiça Ambiental⁹ tem procurado associar o reconhecimento das limitações físicas da Terra ao reconhecimento do princípio universal de equidade na distribuição e acesso aos recursos indispensáveis à vida humana, associando a insustentabilidade ambiental aos conflitos distributivos e sociais.

período anterior, restrito a preocupações de uns poucos cientistas, administradores e grupos conservacionistas, o Novo Ambientalismo se caracteriza pelo ativismo político, assumindo posições reativas e *antiestablishment*. A percepção dos “efeitos colaterais” das sociedades afluentes e as críticas ao consumismo materialista são fatores que determinaram essa mudança. Veja também Galbraith (1977).

8. Cf. Furtado (1974), Meadows et alii (1978).

9. Cf. Herculano (2001) e Acselrad, Herculano e Pádua (2004).

Embora a chamada “questão ambiental”¹⁰ ainda hoje apresente sérias controvérsias, inclusive questionamentos sobre a própria existência ou gravidade da tão proclamada crise ambiental,¹¹ existe um certo consenso internacional sobre a necessidade de se reverter a degradação do meio ambiente natural e os conseqüentes impactos para as populações. Giddens (1996) afirma que

ninguém duvida de que em poucas décadas as ações humanas terão tido um impacto muito maior sobre o mundo natural do que em qualquer época anterior, e o ambientalismo, tendo sido uma preocupação adicional, passará a ser algo que todos os observadores levam a sério. (p. 231)

Este aparente consenso não impede, no entanto, o surgimento de uma profusão de discursos e práticas que emergem de diferentes lugares e atores, expressando diferentes ideologias e orientando a definição do que significa a “questão ambiental”, bem como as propostas e agendas políticas visando o enfrentamento da mesma. Ao tentar responder à pergunta sobre as causas estruturais que estariam na raiz da degradação do meio ambiente, verifica-se que este tema envolve uma disputa ideológica. Não existe uma crise ambiental única, mas uma pluralidade de formas de definição e problematização da mesma e uma disputa por proposições e tentativas de solução em diferentes setores sociais e políticos. As diversas formas de percepção e definição da questão ambiental vêm se alterando em função do próprio aprofundamento do debate, da agudização dos problemas, do desenvolvimento de novos estudos científicos e da participação de novos atores que trazem novas questões e interesses para o debate.

As questões ambientais têm recebido crescente atenção dentro do debate internacional sobre globalização. Governos e ambientalistas têm ressaltado que os problemas ambientais são globais e que, portanto, as respostas requerem, igualmente, ações globais. Interessante notar que os ambientalistas têm sido muito bem sucedidos em capturar a linguagem e o imaginário sobre a idéia de “global”. Yearley (1996) ressalta que várias forças são

10. Nesta obra, ao nos referirmos à “questão ambiental” estamos entendendo um complexo conjunto de fatores e variáveis existentes na interface entre sociedade e natureza, em seus aspectos biológicos, éticos, estéticos, territoriais, políticos, sociais, culturais, econômicos e axiológicos.

11. Cf., por exemplo, Myers e Simon (1994), Simon (1995) e, mais recentemente e com grande estratégia de marketing, Lomborg (2001). Estes autores apresentam visões que têm sido chamadas de “anti-ambientalista”.

combinadas para produzir este tipo de percepção e que existem diferentes visões competindo sobre quais são os problemas globais e qual a direção futura a seguir. Não se pode entender a globalização da preocupação ambiental a menos que entendamos como as “questões globais” são construídas e negociadas, universalizando discursos e propostas políticas. Yearley utiliza o conceito de “interesse global” para explicar que muitas vezes trata-se simplesmente de garantir o auto-interesse dos países industrializados do hemisfério norte.

A percepção do impacto ambiental dos atuais padrões de consumo e a recente emergência e crescente centralidade desse discurso dentro do *mainstream* do ambientalismo internacional trazem novas perspectivas e argumentos sobre o consumismo¹² das sociedades ocidentais contemporâneas. Nossa hipótese é de que essa emergência e centralidade estão se dando através de uma espécie de “deslocamento” da percepção, do discurso e da definição da problemática ambiental, indicando uma transformação no campo de debates e práticas sobre meio ambiente.

O poder político das nações industrializadas e de alguns grupos científicos manteve, até a década de 70, uma definição estreita da questão ambiental, atribuindo a crise ao crescimento demográfico, principalmente nos países em desenvolvimento, que estaria provocando uma grande pressão humana sobre os recursos naturais do planeta. A partir da década de 70, com a realização da Conferência de Estocolmo, os países em desenvolvimento tornaram explícito o argumento de que a causa da crise ambiental estava localizada, principalmente, nas nações industrializadas, onde o estilo de produção, seja capitalista ou socialista, requer grande quantidade de recursos e energia do planeta e causa grande parte da poluição e do impacto ambiental. Esta nova argumentação estabeleceu o conflito Norte-Sul¹³ no âmbito da definição e enfrentamento da questão ambiental, esti-

12. O termo consumismo, usado geralmente em sentido depreciativo, refere-se à expansão de um conjunto de valores hedonistas que estimula o indivíduo, ou a sociedade, a buscar satisfação e felicidade através da aquisição e exibição pública de uma grande quantidade de bens e serviços. No sentido popular, trata-se da expansão da cultura do “ter” em detrimento da cultura do “ser”.

13. Embora reconhecendo os problemas relacionados com expressões como Norte/Sul, países desenvolvidos/em desenvolvimento, primeiro/terceiro mundo etc., optamos por utilizá-las para diferenciar aqueles países que exercem papel central na economia mundial (EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão e os países da União Européia) daqueles que exercem um papel apenas marginal ou periférico. Evidentemente, quando utilizamos tais expressões não estamos pensando em termos de blocos geográficos, pois consideramos a existência de uma elite com alto padrão de

mulando um primeiro deslocamento das atenções: do crescimento populacional nos países do Sul para os padrões de produção dos países do Norte Ocidental.

Iniciou-se então um processo gradual de internalização da pauta ambiental nos meios de produção capitalistas, seja por pressão governamental, através do estabelecimento de novas normas e exigências ambientais, seja por pressão dos movimentos ambientalistas, através de denúncias, manifestações e boicotes, seja ainda através das próprias iniciativas empresariais que se apropriaram do discurso ambiental.

A partir da década de 90, porém, intensificou-se a percepção do impacto ambiental dos altos padrões de consumo das sociedades e classes afluentes, possibilitando a emergência de um novo discurso dentro do pensamento ambientalista internacional. A problemática ambiental começa a ser redefinida, relacionando-se aos altos padrões de consumo e estilos de vida. Essa redefinição se deu através de um segundo deslocamento, desta vez de uma preocupação com os “problemas ambientais relacionados à produção” para uma preocupação com os “problemas ambientais relacionados ao consumo”.

Vale ressaltar que existem inúmeros outros deslocamentos discursivos por onde vem passando a definição da questão ambiental. Podemos citar, por exemplo, aquele que vai do preservacionismo ao conservacionismo e deste ao “socioambientalismo”. Ou ainda aquele que vai de uma preocupação com a extinção de espécies a uma preocupação com a redução dos recursos naturais.¹⁴ Afinal, existem diferentes interpretações sociais sobre em que consistem os problemas ambientais, além de consideráveis negociações e conflitos entre os diferentes atores envolvidos. Entretanto, para a finalidade de análise da relação entre consumo e meio ambiente, optamos por privilegiar um determinado deslocamento, ou seja, aquele que parte da definição da crise ambiental enquanto um problema relacionado ao modelo produtivo para a definição da crise enquanto um problema relacionado aos estilos de vida e consumo das sociedades contemporâneas. Assim, buscamos captar o momento da mudança, selecionando e detalhan-

consumo no hemisfério sul e, da mesma forma, a existência de classes desfavorecidas nos países do hemisfério norte.

14. Para uma interessante abordagem sobre a evolução do ambientalismo, desde o movimento conservacionista, veja as obras de Paehlke (1989) e McCormick (1992).

do apenas os debates e as transições mais importantes para a compreensão da emergência e possível centralidade deste tema no *mainstream* do ambientalismo internacional. Trata-se, evidentemente, de uma hegemonia discursiva, uma vez que uma definição não é simplesmente superada por uma nova, mas apenas perde centralidade, mantendo-se as disputas pelas definições.

Conforme será abordado, este segundo deslocamento da definição da questão ambiental coincide e pode ser explicado a partir da tendência de mudança paradigmática do princípio estruturante e organizador da sociedade, da produção para o consumo.¹⁵ Heller e Fehér (1998), por exemplo, mostram que se os estilos de vida burguês e proletário centravam-se no desempenho na esfera do trabalho, na sociedade pós-industrial o centro de atividades fundamentais tornou-se o lazer e o consumo. Assim, o nível e o estilo de consumo se tornam a principal fonte de identidade cultural e de participação na vida coletiva, além de caminhos privilegiados para a análise e compreensão das sociedades contemporâneas.

Apesar de diversos autores diagnosticarem esta tendência na realidade concreta, deve-se considerar a dificuldade das Ciências Sociais para lidar com problemas fora da esfera da produção.¹⁶ Sociólogos, por um longo tempo, consideraram o consumo e a Sociedade de Consumo como fenômenos que mereciam apenas a crítica sociológica e não uma análise consistente. Cherkaoui (1995), por exemplo, afirma que o consumo tem sido mais uma prerrogativa dos economistas do que um tema de reflexão dos sociólogos:

Não se espere encontrar aqui [num tratado de sociologia] uma síntese dos trabalhos sociológicos, que constituiriam uma teoria coerente [sobre o consumo]. Tal teoria não existe. E mais ainda, mesmo que se incorpore os resultados de estudos clássicos como os de Le Play (1855), Veblen (1899), Halbwachs (1913) aos das investigações da psicologia sobre o comportamento do consu-

15. Cf. Giddens (1991), Eden (1993), Baudrillard (1995), Featherstone (1995), Canclini (1996), Heller e Fehér (1998), Spaargaren e Vliet (1998), Sousa Santos (1999), Halkier (1999), Bauman (2000), Rifkin (2001) e Paavola (2001), entre outros.

16. Cf., por exemplo, Douglas e Isherwood (1990), Warde (1990), Cherkaoui (1995), Featherstone (1995), Canclini (1996), Douglas (1997), Falk e Campbell (1997), Heller e Fehér (1998), Spaargaren e Vliet (1998), Isin e Wood (1999), Edwards (2000), Lee (2000), Ritzer (2001) e Miller (2001), entre outros.

midor, não se chega a uma teoria coerente e codificada como aquela de que dispõe o economista. (p. 151)

Campbell (2002) considera que uma das razões para que o fenômeno do consumo moderno tenha sido praticamente ignorado pelos cientistas sociais é que a economia clássica considerava a origem das necessidades e gostos do consumidor muito além da sua esfera de investigação: “ao apresentar a racionalidade da ação instrumental como a característica típica do consumismo moderno, a economia conseguiu fazer a procura interminável das necessidades parecer tanto ‘natural’ como ‘irracional’”. (p. 329)

Neste sentido, torna-se importante focalizar a proeminência da “cultura” de consumo e não simplesmente considerá-la um fenômeno derivado da produção. O consumo tem muitas dimensões e não é somente a prática de uma série de ações como escolha, compra, uso e, finalmente, descarte. Contra essa imagem, muitos autores apontam para o fato de que o consumo é um fenômeno mais significativo e mais central para o entendimento da sociedade contemporânea do que os acadêmicos têm tradicionalmente considerado. Da mesma forma, o consumidor não deve ser visto exclusivamente como vítima passiva e manipulada pelas forças de mercado e pelas oscilações da moda. Logo, uma análise dessa atividade, aparentemente mundana e prosaica, torna-se essencial para o entendimento das sociedades contemporâneas.

Spaargaren e Vliet (1998) acreditam que, embora o legado da Escola de Frankfurt possa explicar, mesmo que parcialmente, esta atitude, uma explicação mais importante pode ser encontrada na orientação produtivista que dominou, por muitos anos, as teorias sociológicas. Trabalho, fábrica, sindicatos, divisão do trabalho e o papel da tecnologia eram os fenômenos que “mantinham os sociólogos ocupados”, enquanto o fenômeno do consumo em si não recebeu nenhum tratamento, tendo sido relegado a um fenômeno “derivado” da produção.

Este viés não é restrito aos meios sociológicos clássicos. No campo das chamadas Ciências Sociais do Ambiente e das políticas ambientais, a abordagem produtivista também tem dominado, deixando clara a necessidade de análises que olhem para questões específicas elaboradas na esfera do consumo.¹⁷

17. Murphy (2001).

Apesar disso, pode-se perceber o surgimento recente de uma profusão de estudos e pesquisas, em diferentes sub-áreas das Ciências Sociais, principalmente na Antropologia,¹⁸ evidenciando uma explosão do interesse pelo estudo do consumo como conjunto de atividades sociais e culturais. Observa-se o crescimento do interesse pelo tema, tanto no âmbito acadêmico quanto no popular. Para Edwards (2000), a “Sociedade de Consumo”, enquanto conceito e prática, também se tornou um tema a ser consumido. Curiosamente, a maioria dos estudos tem silenciado em relação aos aspectos ambientais do consumo e o crescente interesse pelo tema nos círculos “ambientalizados”. Exemplo disso é a extensa obra organizada por Daniel Miller — um dos mais importantes pensadores que analisam a Sociedade de Consumo — com 4 grandes volumes inteiramente dedicados à temática do consumo sem, no entanto, nenhuma menção ao aspecto ambiental do mesmo.¹⁹ Da mesma forma, Martyn J. Lee, no seu *reader* sobre a Sociedade de Consumo, não faz menção a nenhum estudo que explore a relação entre consumo e meio ambiente.²⁰

Apenas recentemente, talvez como resultado da redefinição da crise ambiental como um problema relacionado aos estilos de vida e consumo e do surgimento de expressões como “consumo verde” e “consumo sustentável”, verifica-se o surgimento de algumas pesquisas que associam a análise da Sociedade de Consumo aos estudos ambientais.²¹

Optamos, pois, por enfatizar uma perspectiva que reconhece a proeminência da cultura de consumo em si mesma e não simplesmente a considera como um fenômeno derivado da produção. Neste sentido,

a sociologia deveria procurar ir além da avaliação negativa dos prazeres do consumo, herdada da teoria da cultura de massa. Deveríamos nos esforçar para explicar essas tendências emergentes com uma atitude sociológica mais distanciada, sem acarretar simplesmente uma celebração populista dos prazeres de massa e da desordem cultural. (Featherstone, 1995: 32)

Contudo, esta tendência de análise da sociedade a partir de uma abordagem orientada pelo consumo traz inúmeras implicações e complica-

18. Cf. Lee (2000), Rocha e Barros (2003), Durand (2002a, b).

19. Cf. Miller (2001).

20. Cf. Lee (2000).

21. Cf. Eden (1993), Stern (1997), Spaargaren e Vliet (1998), Westra e Werhane (1998), Acsehrad (1999), Brakel (1999), Halkier (1999), Pádua (1999), Princen (1999), Goodman e Goodman (2001), Murphy (2001), Paavola (2001a, b), Zavestoski (2001) e outros.

ções, tanto para as ciências sociais quanto para as políticas ambientais e, ainda, para as formas de ação política.

Diversos autores²² vêm apontando para as mudanças no sistema de atuação política. Carvalho (2001) chama a atenção para a “política em trânsito e os trânsitos na política” ao descrever os novos estilos e formas de pensar a ação política que têm provocado mudanças nos referenciais dos militantes, nos discursos da *esquerda* e até mesmo na consideração de quais são as esferas da política. A própria cultura política sofre transformações no padrão de engajamento para abrigar novos conceitos como o de *políticas de vida*, de Giddens (1991 e 1996), que se ocupa das lutas e disputas sobre como devemos viver, como indivíduos e como humanidade, num mundo que era determinado pela tradição e pela natureza, e que agora se encontra, cada vez mais, submetido às decisões humanas. Para Giddens, a expansão das questões feministas e ecológicas é um grande exemplo das lutas de políticas de vida. Pode-se dizer, inclusive, que foi a importância das políticas de vida na contemporaneidade que possibilitou que o feminismo e o ambientalismo atingissem tanta proeminência.

Beck (1997), paralelamente, se refere à reinvenção da política e às subpolíticas para explicar que, em contraposição ao esvaziamento das instituições políticas tradicionais (partidos e sindicatos), surge um renascimento não institucional do político. Assim, o autor descreve distintas áreas sociais que constituem formas de expressão de uma nova cultura política, como os meios de comunicação, as iniciativas dos cidadãos, os novos movimentos sociais etc.

Considerando a crescente redução da participação nas esferas políticas tradicionais, tais como eleições, partidos e sindicatos, as *velhas políticas* vêm cedendo lugar às *novas políticas*, incrementadas pela guinada cultural dos novos movimentos sociais transclassistas²³ e o surgimento da Nova Esquerda.

Este debate, para Carvalho (2001), deve ser compreendido à luz dos dilemas próprios da modernidade. Assim, de acordo com a concepção política de onde se parta e do grau de otimismo sobre o projeto de modernida-

22. Cf. Habermas (1984), Arendt (1989), Giddens (1991, 1996 e 1997), Baudrillard (1995), Canclini (1996), Barry (1996), Heller e Fehér (1998), Beck (1998), Sousa Santos (1999), Bauman (1999 e 2000), Carvalho (2001) etc.

23. Cf. Habermas (1981), Offe (1985), Touraine (1989), Isin e Wood (1999), Della Porta e Diani (2000).

de, estas mudanças podem ser vistas como sinais de dissolução, morte ou declínio da política ou, ao contrário, como emergência de uma nova política. Carvalho identifica três grupos de autores que encaram este dilema de maneira diferente:

1. Hannah Arendt, Erick Hobsbawm e Richard Sennett enfatizam o aspecto da decadência da política na situação contemporânea, detectando na sobreposição da esfera privada sobre a pública, do indivíduo sobre o coletivo, do *eu* sobre o *nós*, um sinal de crise da política e da esfera pública que ameaça os laços societários.
2. Jürgen Habermas e Zygmunt Bauman concordam com o diagnóstico de crise da política, mas ressaltam possíveis saídas através da repactuação das relações entre público e privado, apontando que o desafio é respeitar a relativa autonomia de cada esfera, impedindo que uma seja reduzida ou subordinada à outra.
3. Theodore Roszak, Boaventura de Sousa Santos e Anthony Giddens ressaltam os aspectos promissores dos novos espaços emancipatórios nas mudanças da cultura política contemporânea, enfatizando a possibilidade de uma recomposição das esferas pública e privada, abrindo novos espaços de negociação entre a vida individual e a coletiva e, dessa forma, ampliando as maneiras de fazer política e de existir enquanto sujeito político.

É com base neste terceiro grupo de autores que vamos buscar uma compreensão sobre as conseqüências do deslocamento da preocupação ambiental para o campo do consumo. Sousa Santos (1999), por exemplo, considera os deslocamentos em direção ao *eu* como parte da emergência de uma nova subjetividade no campo político. Giddens (1997) aponta para uma interação dialética entre as dimensões pessoais e coletivas, pois não percebe a vida privada como uma simples dimensão residual da coletiva, mas como uma esfera ativa e que comporta reações, de tal forma que as mudanças no seu interior também afetam as instituições globalizadas da modernidade.

O grande dilema que queremos enfrentar está justamente na possibilidade de reposicionar o *eu* e o *nós*, o privado e o público, a estética e a ética, visando à emancipação e à autonomização do individual e do social. Seria possível, então, pensar e fazer política a partir de atividades cotidianas como as práticas de consumo ou, como se pergunta Carvalho (2001), “a partir de uma política do *eu*”?

Autores como Castells (1974), Blee (1985), Douglas e Isherwood (1990), Canclini (1996) e Bourdieu (1999), entre outros, destacam que o consumo é o lugar onde os conflitos entre as classes, originados pela participação desigual na estrutura produtiva, ganham continuidade através da desigualdade na distribuição e apropriação dos bens. Assim, consumir é participar de um cenário de disputas pelo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo.

Partilhamos com Canclini (1996) de uma suspeita. Se as identidades sociais se definem, cada vez mais, pelo consumo, é coerente perguntar se não seria possível um entendimento do conceito de cidadania e participação política não apenas ligado à estrutura formal da sociedade, como os direitos reconhecidos pelos aparelhos estatais para os que nasceram num mesmo território, mas também ligado às práticas sociais e culturais que dão sentido de pertencimento e identidade social. Canclini propõe, então, repensar a cidadania, abrangendo as práticas não consagradas pela ordem jurídica. Ao mesmo tempo, propõe entender o lugar relativo destas práticas dentro da ordem democrática. A reivindicação política implicaria, portanto, tanto o direito de ascender e pertencer ao sistema sociopolítico quanto “o direito de participar na elaboração do sistema, definindo portanto aqui-lo de que queremos fazer parte”. (p. 23)

Canclini acredita que num mundo globalizado, onde a atividade política foi submetida às regras do mercado, o exercício da cidadania, núcleo das relações sociais, não pode ser desvinculado do consumo, atividade onde atualmente sentimos que pertencemos e que fazemos parte de redes sociais. Para tanto, propõe desconstruir as concepções que julgam que os comportamentos dos consumidores são irracionais e alienados, desconstruindo igualmente as concepções que somente vêem os cidadãos atuando em função da racionalidade dos princípios ideológicos. Neste sentido, o consumidor também pode ser um ator social crítico, *virando o feitiço contra o feiticeiro*. Canclini ressalta diversas vezes que o consumidor “também pensa” e não é apenas fruto da irracionalidade ou da racionalidade utilitária, conforme ensinado pela economia neoclássica.

Estariamos caminhando para o precipício baseado num hedonismo incontrolado ou experimentando novas formas de pluralidade e expressão? Ou, ainda, estariamos fechando os olhos para a exploração de recursos naturais em uma escala jamais vista? Ou será que as três respostas estão corretas?²⁴ Estas questões, ambíguas e contraditórias, vão permear nossa análise ao longo desta obra.

24. Cf. Edwards (2000).

Com base nesta discussão, cabe indagar quais são os significados e as conseqüências da emergência do discurso político sobre consumo sustentável no pensamento ambientalista internacional e brasileiro. As estratégias de política ambiental centradas no consumo devem ser analisadas como uma forma de enfraquecimento da ação política e redução do cidadão à esfera do consumo? Ou, ao contrário, como expressão e fortalecimento de uma nova cultura política? Em outras palavras, que possibilidades potenciais de expansão ou redução da cidadania e das tendências de participação na esfera pública surgem com o estímulo à consideração ambiental nas atividades de consumo?

Após uma revisão na literatura, foi constatado que as conseqüências políticas do deslocamento da definição da crise ambiental, da produção para o consumo, têm sido vistas, principalmente, de duas maneiras antagônicas: a) como um fortalecimento dos mecanismos de desintegração social e política, favorecendo a apropriação privada dos bens naturais e reduzindo os vínculos de solidariedade e participação na esfera pública e b) como uma potencial força agregadora e emancipatória que fortalece a participação individual e coletiva nos dilemas e decisões políticas cotidianas, trazendo a questão ambiental para a agenda pública.

Vamos, portanto, trabalhar com concepções contraditórias mas, ao contrário de reafirmar a alienação e a heteronomia dos consumidores (conforme defendido pelos autores marxistas) ou, apressadamente, sua liberdade de escolha (segundo os defensores da perspectiva pós-moderna), optamos por enfatizar uma vertente do diálogo da teoria social contemporânea que concebe a possibilidade do surgimento de novas formas de ação política a partir da esfera privada. Neste sentido, decidimos dar atenção à desconfiança de que a tão proclamada apatia, alienação e passividade das massas não estava de acordo com a constatação do crescimento da atuação dos movimentos sociais, entre eles os movimentos de consumidores.

É notório que a partir da emergência e centralidade deste tema a agenda ambiental internacional vem alterando suas prioridades, enquanto novas questões estão surgindo, se tornando mais visíveis ou ganhando novas dimensões. Vamos destacar duas questões cuja análise julgamos essencial para enriquecer o debate sobre a relação entre meio ambiente e consumo: 1) a percepção de que o consumidor é o novo ator social e 2) a relação entre a esfera privada do consumidor e a esfera pública do cidadão. Estas duas questões serão analisadas tendo como “pano de fundo” uma questão mais

ampla, qual seja, as possibilidades potenciais de reconstrução da cidadania e da ação política a partir da esfera privada.

Como numa leitura matricial, as duas questões levantadas serão analisadas à luz das duas visões antagônicas encontradas na literatura pesquisada. Assim, cada uma destas duas questões será pensada como fortalecimento ou das forças desagregadoras e despolitizantes ou das forças emancipatórias e politizantes. Da mesma forma, a estratégia de consumo sustentável será analisada como força desagregadora e/ou emancipatória, ou seja, como forma de politização ou despolitização. Em seguida, apresentaremos alguns de seus limites e possibilidades para o enfrentamento da questão ambiental rumo à construção de uma sociedade sustentável.

Com relação à primeira questão (a percepção de que o consumidor é o novo ator social), a emergência do tema consumo e meio ambiente traz para o centro do debate um novo ator social preocupado com questões ambientais — o “consumidor responsável” — que teria um importante papel ao modificar suas escolhas individuais e diárias de consumo, exercendo pressão sobre o sistema de produção. Mas, como veremos, a imagem do consumidor como o primeiro agente das mudanças ambientais mostrou-se inadequada e problemática, tanto para a teoria das ciências sociais quanto para o desafio de provocar melhorias ambientais, pois favoreceria a apropriação privada dos bens naturais e o surgimento de mercados “verdes” elitizados. Nesse sentido, seria uma força desagregadora, despolitizando a questão. No entanto, se considerarmos as mudanças nas formas e estilos de pensar e fazer política, pode-se valorizar novas formas de participação através de ações tanto de consumidores individuais quanto organizados. Assim, o deslocamento das atenções e estratégias políticas para o campo do consumo pode trazer a possibilidade de “ambientalização”²⁵ e politização da esfera individual e cotidiana, aumentando a participação dos cidadãos comuns na questão ambiental e produzindo novas formas de fazer política e de existir enquanto sujeito político. Nesse sentido, teríamos a possibilidade de uma força política agregadora e emancipatória. Para entender este processo é preciso, contudo, repensar a dimensão política em um sentido mais amplo, incluindo as novas formas de exercício da cidadania e participação na vida coletiva, conforme será discutido mais adiante.

25. Vamos utilizar o conceito de “ambientalização” como proposto por Viola (1992): em função da legitimação da questão ambiental, a cultura ocidental vem se “ambientalizando” e diferentes segmentos sociais vêm incorporando a temática ambiental.

Com relação à segunda questão (a relação entre a esfera privada do consumidor e a esfera pública do cidadão), a ênfase no consumidor como novo ator social parece se contrapor ao conceito de cidadania e o cidadão tem sido reduzido à condição de consumidor, já que consumir torna-se sinônimo de participar da esfera pública. Novos nichos de mercado específicos para certos grupos — como negros, homossexuais, solteiros, naturalistas, idosos, crianças, adolescentes (e, por que não, ambientalistas?) — parecem demonstrar que a cidadania está cada vez mais restrita àqueles que participam das atividades de consumo. Porém, considerando o declínio das atividades políticas tradicionais, a descrença no Estado, nos partidos políticos e nos sindicatos,²⁶ a esfera do consumo surge como uma nova possibilidade de ação política. Cabe perguntar se será possível combinar a luta política com as novas formas de exercício da cidadania a partir das lutas dos consumidores, promovendo uma nova força emancipatória. A epígrafe utilizada nesta obra já reflete, por si só, essa possibilidade, já que “alguns consumidores querem ser cidadãos”.²⁷

Com essa leitura matricial sobre as duas principais questões levantadas, esperamos ir além da dicotomia clássica que vê o consumo ou como alienação ou como liberdade de escolha. Nosso objetivo é ampliar a visão sobre o tema para tentar enxergar os limites e as possibilidades da retomada da ação política através da atuação dos consumidores, individuais ou organizados, particularmente ao incorporarem a dimensão ambiental em suas lutas. Afinal, se as propostas de mudança dos padrões e níveis de consumo fazem parte do projeto e da utopia da “sociedade sustentável”, os consumidores podem ser pensados como um dos principais portadores desse projeto. Importa indagar se essas buscas por um estilo de vida autônomo poderiam ser a gênese da formação de um novo sujeito político e de novas formas de fazer política. Trata-se de um esforço de identificar novas dinâmicas que, embora estejam nas “bordas” da arena política clássica, podem contribuir para a melhoria ambiental e para o fortalecimento da cidadania e da participação na esfera pública.

Concordamos com Leroy *et alii* (2002) quando afirmam que a construção de alternativas envolve a participação de novos atores sociais e novas

26. Vale considerar que o modelo neoliberal de globalização tem contribuído para desacreditar estas atividades, não apenas lutando contra elas mas, principalmente, devorando-as e submetendo-as às regras do comércio, da publicidade, do espetáculo e da corrupção, ao mesmo tempo em que se exhibe como mais eficaz para organizar a sociedade. Cf. Canclini. (1996)

27. Cf. Canclini (1996: 68).

relações mais solidárias, inclusive entre produtores, comercializadores e consumidores. Porém, cabe ressaltar que iniciativas de apoio a formas alternativas de produção (como agricultura familiar e orgânica, reservas extrativistas, cooperativas de produtores, movimentos de Economia Popular Solidária etc.) precisam contar com uma ampla identificação e participação dos consumidores. Portanto, a busca de formas alternativas e solidárias na esfera da produção, articulando experiências bem-sucedidas em “mercados limpos e justos”, podem e devem se aliar aos movimentos de consumidores, organizados na articulação de mecanismos de resistência, reorientação dos modelos produtivos e tentativas de interferência nas agendas hegemônicas.

O consumerismo — entendido como um movimento social organizado, próprio da Sociedade de Consumo — surge como reação à situação de desigualdade entre fornecedores e consumidores. Considerando as imperfeições do mercado e sua incapacidade de solucionar, de maneira adequada, uma série de situações como práticas abusivas, acidentes de consumo, injustiças nos contratos de adesão, publicidade e informação enganosa etc., o consumerismo deu origem ao Direito do Consumidor, uma disciplina jurídica que visa estudar as relações de consumo, corrigindo as desigualdades existentes entre fornecedores e consumidores.²⁸

A partir de uma análise sociológica sobre a problemática levantada, o presente trabalho tem como principal objetivo analisar a emergência e possível centralidade do discurso internacional sobre consumo sustentável e suas conseqüências, tanto para as políticas ambientais quanto para o fortalecimento da cidadania e da participação na esfera pública. Como hipótese de trabalho, partimos da premissa de que as propostas de consumo sustentável restritas à esfera individual são limitadas, limitantes e desagregadoras. As ações de caráter coletivo, via movimentos sociais, ao contrário, podem ampliar as possibilidades de ambientalização e politização das relações de consumo, contribuindo para a construção da sustentabilidade e para a participação na esfera pública.

Vamos partir da constatação de que o tema consumo está ganhando centralidade no debate ambiental internacional, tornando-se uma das principais vertentes na busca da sustentabilidade. Isto exige uma revisão teórica de mão-dupla, ou seja, uma revisão das Teorias do Consumo e da Socie-

28. Cf. Rios, Lazzarini e Nunes Jr. (2001).

dade de Consumo à luz da questão ambiental e uma revisão da questão ambiental à luz das teorias da Sociedade de Consumo. Deve-se ressaltar que esta obra visa à refletir sobre o contexto internacional do pensamento ambientalista, embora em alguns momentos refira-se a dados especificamente brasileiros.

Para compreender a complexidade dessas e outras indagações, o presente trabalho pretende, no próximo capítulo, examinar como e por que o debate ambiental internacional vem sendo modificado, sugerindo que a questão dos insustentáveis padrões de consumo está emergindo como um tema central para as políticas ambientais contemporâneas, dentro das agendas internacionais, nacionais e locais. Para tanto, analisaremos como o tema vem surgindo nos encontros de cúpula internacionais, nos documentos oficiais e nos debates e fóruns da chamada “comunidade ambiental”. Examinaremos, ainda, alguns pontos de vista e justificativas para o deslocamento discursivo da questão ambiental, dos padrões de produção para os padrões de consumo.

Em seguida, no terceiro capítulo, pretendemos revisar algumas das principais perspectivas teóricas relacionadas à compreensão da chamada “Sociedade de Consumo”, buscando fornecer subsídios para um melhor entendimento da relação entre consumo e meio ambiente.

No quarto capítulo analisaremos as promessas e armadilhas da proposta de “consumo verde” que, a partir de suas críticas, possibilitou o aparecimento de estratégias políticas de “consumo sustentável”, com seus dilemas conceituais e políticos.

Finalmente, no quinto capítulo, abordaremos as conseqüências políticas do deslocamento da definição da crise ambiental para o campo do consumo, analisando a relação entre ser cidadão e ser consumidor.

Este ensaio se apresenta, antes de tudo, como uma defesa da importância da esfera do consumo como um objeto de estudo das Ciências Sociais e, particularmente, das Ciências Sociais do Ambiente, neste caso, ao analisar os aspectos ambientais do mesmo. Desta forma, pretende mapear um campo de estudos que visa repensar a esfera do consumo como uma possibilidade de articulação de novas formas de ação política, buscando recuperar a dimensão coletiva dos problemas individuais. Esta obra, portanto, propõe-se a discutir o ambientalismo como um potencial politizador da esfera cotidiana, incluindo as atividades de consumo. Vale lembrar que muito pouco tem sido feito no sentido de analisar as práticas de consumo

como uma forma de criação de redes de intercâmbio de informação e de aprendizagem do exercício da cidadania.

No entanto, esta tarefa de defesa e mapeamento mostrou-se tão complexa que foi necessária uma dedicação maior a ela, deixando a investigação empírica que comprove os argumentos e conclusões apresentados aqui para um trabalho posterior. Optamos, portanto, por um ensaio teórico que será complementado, futuramente, com estudos investigativos sobre o processo de ambientalização dos movimentos de consumidores, fornecendo bases para a confirmação das conclusões traçadas aqui. Verifica-se que um dos mais tradicionais movimentos sociais de defesa de direitos civis capitalistas, as Organizações de Defesa do Consumidor (ODCs), está vendo sua agenda de ação se aproximar cada vez mais da agenda ambientalista.²⁹ Essa aproximação traz novas questões para ambas e exigirá algumas reflexões futuras, uma vez que a relação entre as duas agendas não é necessária e automaticamente estabelecida. Embora esta seja uma questão ainda não explorada, optamos por abordá-la em um trabalho futuro que envolva pesquisas de campo e análises detalhadas das alianças entre os movimentos ambientalistas e aqueles de defesa dos consumidores.

29. De acordo com Crespo *et alii* (2002), a aproximação dos diversos setores da sociedade com a questão ambiental pode ser analisada como uma *via de mão dupla*, na qual esta avança em direção aos setores tanto quanto estes fazem o movimento de incorporá-la às suas lógicas. Assim como ocorreu com a incorporação da questão ambiental por vários setores do movimento social (feminista, sindical, indígena, trabalhadores rurais, moradia etc.), surge a hipótese de que sua incorporação pelas ODCs também esteja acontecendo desta forma.